

DA RESPONSABILIDADE À FRATERNIDADE SOCIAL: *O caso da Asces*

Por **MARCONI AURÉLIO E SILVA**

Marconi Aurélio e Silva é professor e assessor de Comunicação da Associação Caruaruense de Ensino Superior. Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Fraternidade, Cidadania e Direitos Humanos da Instituição. É bacharel em Jornalismo e mestre em Ciência Política. marcosniaure@asces.edu.br

A Associação Caruaruense de Ensino Superior (Asces) foi a primeira instituição de ensino superior a ser instalada no interior das regiões Norte e Nordeste do Brasil. Sua história atravessa relevante período da vida científica do País, pois surge no fim dos anos 1950, tempo em que pouquíssimos tinham acesso ao ensino superior, mesmo se à época em que se vivenciava a chamada segunda fase da industrialização brasileira, demandante de grande mão-de-obra técnica e cientificamente especializada.

O fundador da Asces foi o visionário político e doutor em Direito Tabosa de Almeida. Para implantar os pioneiros cursos de Direito e de Odontologia, ele viajou pelo mundo conhecendo universidades de referência, como a de Sorbonne, na França. A expansão de seu projeto – com a implantação de mais cursos visando à formação da Universidade do Agreste de Pernambuco – teve de ser adiada, por motivos de saúde.

Nos anos de 1990, porém, o projeto inicial foi retomado. A filha Ednara Tabosa de Almeida, voltando ao Brasil após ter realizado diversos trabalhos em organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), liderou o projeto de revitalização e expansão da Asces. Em sua visão, a instituição tinha importante papel a cumprir em um contexto socioeconômico historicamente desfavorecido, como o do Nordeste. E isso passava por uma mudança conceitual na forma de se fazer ensino superior, sintetizada na própria missão da faculdade: *“Formar profissionais cuja capacitação científica, tecnológica, ética e humanística, assegure envolvimento, comprometimento e efetiva contribuição para o desenvolvimento da sociedade”*.

Desde então, a Asces passou por contínua reestruturação. Ednara faleceu em 1998, vítima de acidente de carro, mas seus projetos continuaram a ser implementados pela equipe por ela formada. Assim, em 2003, foram criados três novos cursos de graduação: Biomedicina, Educação Física e Fisioterapia. Já em 2005, foi a vez dos cursos de Farmácia e Enfermagem. Atualmente, portanto, a instituição oferece sete cursos de bacharelado, além de amplo programa de pós-graduação *lato sensu* nas áreas da Saúde e do Direito.

A Asces é hoje uma associação civil sem fins lucrativos que mantém as Faculdades de Direito e de Odontologia de Caruaru e a Faculdade do Agreste de Pernambuco. Em 49 anos de existência, já são mais de 6.500 bacharéis formados, provenientes de diversas partes do Brasil. A comunidade acadêmica é atualmente composta por cerca de 2.500 alunos de graduação, 300 de pós-graduação e mais de 350 professores e funcionários.



ENSINO SUPERIOR SOCIALMENTE RESPONSÁVEL E FRATERO

Nos últimos anos, tem sido proposto extenso debate sobre a importância da Responsabilidade Social Universitária, sobretudo no ensino privado. Isto porque, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) do Ministério da Educação, cerca de 90% das instituições de ensino superior do Brasil são particulares e respondem por mais de 70% das matrículas atualmente existentes. Apesar dos esforços do Governo Federal em ampliar as vagas do ensino superior público¹, bem como dos sistemas estaduais em interiorizar suas respectivas universidades, a grande parte do ensino superior brasileiro continuará sendo privada.

1

Por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que integra o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva em 24/04/2007.

Mas o que norteia o debate sobre a responsabilidade social universitária? Vallaeys² explica:

[...] A relação entre a crise do saber técnico-científico, hiper-especializado (fragmentado) e sua cegueira crônica quanto aos efeitos globais dela decorrentes, por um lado, e a crise social e ecológica mundial, por outro, há de ser o ponto de partida para uma reforma universitária de responsabilização social não meramente cosmética, mas, sim, produto de uma profunda reflexão sobre o significado social da produção de conhecimento e da formação profissional de líderes na era da ciência.

2

VALLAEYS, F. "Que significa responsabilidade social universitária?" In Estudos – Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. Ano 24, n. 36 (jun/2006). Brasília: ABMES, 2006, p. 39.

É na universidade que se forma o mais alto nível de qualificação da pessoa, do ponto de vista técnico e científico. Mas nem sempre nela se tem formado o profissional cidadão, comprometido com a mudança almejada pelas sociedades como as encontradas na América Latina. Tal responsabilidade beneficia, pois, tanto as organizações quanto o entorno social no qual elas se inserem³.

3

Ibidem, p. 36.

Ensino, pesquisa e extensão são ações privilegiadas do ensino superior já que integram, intra e extra-muros, saberes que estão (ou deveriam estar) a serviço: do aprender, do ensinar e do promover. Aprender e ensinar sendo sinônimos de uma construção coletiva do conhecimento. Promover sendo sinônimo de restabelecer a dignidade e também o compromisso de uns com os outros. Esse serviço, aqui proposto, não é aquele apenas de cunho filantrópico, assistencial ou mesmo solidário. É algo a mais. Um passo adiante nessa intenção do fazer, do servir, pressupõe mesmo a percepção mais profunda do princípio "fraternidade". Mas, pouco ou quase nada se teorizou sobre tal conceito, ainda que o mesmo tenha surgido na Grécia Antiga.

É sabido, porém, que no âmbito da bipolaridade mundial vivenciada na história do século XX, a igualdade inspirou o Socialismo e a liberdade, o Capitalismo. O tripé democrático que se tornou, mais tarde, o jargão da Revolução Francesa, optou politicamente por implementar, até o momento, sociedades inspiradas nesses princípios. Parece, por isso, que a fraternidade foi omitida, quando não rotulada de mero valor religioso.

Mediante a inquietação causada por tal “*esquecimento conceitual histórico*”, desenvolve-se há alguns anos na Asces debates sobre como a dinâmica social e, logicamente, também a universitária, pode tornar-se fraterna⁴. Entende-se por fraterna a ação que inclui o outro, considerando-o igual e livre, mas também irmão⁵. Irmandade esta no sentido de que se percebe, sim, a condição desfavorável alheia, mas que busca, nessa diversidade social, a unidade em prol de objetivos comuns defendidos como sendo valores da pessoa humana e da natureza que a circunda.

Na ação extensionista universitária, por exemplo, isso pode ser vivenciado a partir do momento em que professores e alunos não encaram suas práticas como sendo uma relação vertical, de um “*superior cultural*” que se rebaixa para ajudar a um “*inferior social*”. Pelo contrário, é encarar as necessidades alheias como sendo oportunidade de se realizar uma troca entre iguais que qualifica e valoriza a ação realizada por ambas as partes. Só entrando na realidade do outro é que podemos compreendê-lo e libertá-lo de uma condição submissa.

Um idoso que traz seu problema de saúde a uma clínica-escola de Fisioterapia, por exemplo, é tão valioso quanto a solução a ele apresentada desse mesmo problema, já que, sem a provocação prévia feita não haveria estímulo à resposta, à construção de conhecimento que soluciona ou que, ao menos, identifica causas que podem vir a serem supridas a partir de novos estudos. Isso também vale para um estudante do curso de Direito que se propõe a “*adotar um presidiário*” a fim de estudar o seu caso, interagir com o mesmo, compreender a problemática nele existente e promover a Justiça, ou seja, levá-lo, ao menos, a julgamento. Tudo isso seria de fato fraterno se ambos se comportarem como iguais, como irmãos⁶ que se encontram em situações diversas, mas que podem interagir horizontalmente, estabelecendo, sobretudo, a confiança recíproca, o diálogo. Nesse contexto, haveria ganhos de aprendizado para ambas as partes, pois ali se estabelece uma relação de complementaridade, pressuposto básico à boa convivência e realização da coletividade humana.

Ações com tais pressupostos formam não só cidadãos, comprometidos socialmente nas respectivas ações de ensino, pesquisa e extensão. Formam, sobretudo, seres humanos que se valorizam reciprocamente, ainda que haja a constante eminência da diversidade. Ou seja, formam seres “*abertos ao outro*”.

Quem é fraterno, portanto, não impõe o saber, mas propõe, age junto. A fraternidade social (que é aquela ampliada à coletividade) pode se formar a partir de pequenas iniciativas de fraternidade interpessoal ou mesmo de possibilidades interinstitucionais.

O caso da Asces parece persistir tal fim e, por isso, tem obtido crescente reconhecimento nacional e internacional. No Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Asces são prioritários os projetos de pesquisa e de extensão. Em sua

4

Entre outras iniciativas, foi promovido o seminário “Fraternidade, Política e Questões Contemporâneas”, entre os meses de março e abril de 2007, com pesquisadores oriundos de diversas áreas do saber. Além disso, atualmente funciona na Instituição o Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Fraternidade, Cidadania e Direitos Humanos que pretende ser lugar de debate e prática transdisciplinar, visando a melhor compreender o que é ser fraterno, política e socialmente.

5

Uma introdução a esse debate pode ser observada na obra organizada e lançada recentemente no Brasil por BAGGIO, A. M. (org.) O princípio esquecido. São Paulo: Cidade Nova, 2008.

6

Segundo o Dicionário Houaiss de Sinônimos e Antônimos (Rio de Janeiro: Objetiva, 2003), ser irmão é ser “companheiro, confrade (associado, camarada, colega, congregado, parceiro etc), correligionário”. No exemplo mencionado, a irmandade entre o estudante de Direito e o presidiário consiste no fato de ambos almejarem a promoção da Justiça. São, pois, irmãos no objetivo de vida imediato, na ação comum que os motivou a se (re) unirem.

A EXPERIÊNCIA REALIZADA EM CARUARU

maioria, os mesmos são viabilizados graças às parcerias interinstitucionais estabelecidas, seja com organismos governamentais ou com fundações de pesquisa, ou mesmo com outras instituições de ensino. A seguir serão apresentadas algumas experiências de êxito em diversas áreas.

Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) e Fórum Universitário

O NPJ, ligado ao curso de Direito, oferece assistência jurídica a pessoas carentes da comarca de Caruaru. Em parceria com o Tribunal de Justiça de Pernambuco foi também instituído o Fórum Universitário que recebe as causas do NPJ e as leva a julgamento. No ano passado, por exemplo, o Fórum realizou 595 audiências e julgou 598 processos. O juiz que acompanha os casos também é professor da instituição. Os números de atendimentos do NPJ demonstram a importância desse serviço na aprendizagem universitária e na solução dos problemas da população. O histórico recente de ações ajuizadas é esse: 852 (2004), 962 (2005), 335 (2006) e 541 (2007). Também é oferecido o serviço de Mediação e Arbitragem, que tem obtido bons resultados ao colocar em diálogo as partes envolvidas e evitar que tais casos ampliem ainda mais as ações pendentes na Justiça brasileira. Os números dos atendimentos falam por si só: 100 (2004), 130 (2005), 105 (2006) e 184 (2007).

Projeto de Adoção Jurídica de Cidadãos Presos

Iniciado em 2001, tem como objetivo dar assistência criminal aos cidadãos presos mais carentes, que não têm advogado particular. Nos últimos quatro anos, registram-se os seguintes casos levados a júri: 22 (2004), 21 (2005), 18 (2006) e 28 (2007). Além de ações técnicas, há iniciativas de educação

à cidadania dentro do Presídio Juiz Plácido de Souza. Diga-se de passagem, essa é a penitenciária que possui a maior superlotação em todo o estado de Pernambuco. Em 2004, a Asces recebeu da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, a Medalha do Mérito Penitenciário em reconhecimento aos serviços prestados à sociedade.

Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp)

No fim do ano 2007, o Ministério da Justiça credenciou a Faculdade de Direito de Caruaru a participar da Renaesp. O convênio firmado entre a instituição e o poder público federal possibilita a oferta do curso de Especialização em Segurança Pública, com o custeio de 40 bolsas de estudo destinadas aos oficiais e agentes policiais integrantes das diversas forças de segurança existentes no Estado. Uma oportunidade ímpar de fomentar a cooperação.

Clínicas Odontológicas e Projeto Asa Branca de Combate e Prevenção ao Câncer de Boca

As Clínicas Odontológicas da Asces oferecem diversas especialidades da área: periodontia, ortodontia, implantodontia, prótese, atendimento a pacientes portadores de necessidades especiais, entre outros. Em 2005, o serviço passou a ser considerado pelo Ministério da Saúde como Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) e, atualmente, é o único de nível III existente em Pernambuco. Tal classificação indica a complexidade de serviços e a quantidade de equipes disponíveis ao atendimento gratuito à população. Conveniado ao SUS, o complexo odontológico realiza milhares de procedimentos todos os anos. Em números recentes: 19.503 (2005), 18.595 (2006), 20.268 (2007).

Já o Projeto Asa Branca realiza campanhas periódicas de educação popular sobre higiene bucal e de triagem de casos de lesões de boca cancerizáveis. O intuito é oferecer tratamento aos pacientes que sofrem com a doença. Já foram examinadas mais de 90.000 pessoas em dezenas de cidades situadas do Litoral ao Sertão de Pernambuco. Cerca de 10.000 casos foram tratados pela Clínica Asa Branca, que foi inaugurada pelo presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, em fevereiro de 2005. Até o momento, o percentual de cura é de 100%.



Laboratório, Academia e Clínica-Escola da Asces

As estruturas oferecem serviços ligados aos cursos de Biomedicina, Educação Física e Fisioterapia, tais como: análises clínicas e exames de DNA; avaliação e exercícios físicos; e, tratamentos fisioterapêuticos em diversas especialidades. Inauguradas em 2007, estima-se que, no total, já sejam mais de 2.000 os atendimentos realizados até o momento.

Programa Segundo Tempo

Interdisciplinar e interinstitucional, esse programa está em funcionamento desde 2006 e é parceria estabelecida entre o Ministério do Esporte e a Asces. Participam do mesmo, professores e alunos dos cursos de Biomedicina, Direito, Educação Física e Fisioterapia, pela Asces; Ciências Sociais, Letras e Pedagogia, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (Fafica); e, Pedagogia, pelo Centro Acadêmico do Agreste, da Universidade Federal de Pernambuco. No primeiro ano, foram beneficiados 3.000 crianças e adolescentes, estudantes do ensino público de cinco municípios do Agreste do Estado. Eles desenvolvem atividades esportivas e de reforço escolar. No ano seguinte, o número de participantes subiu para cerca de 4.900 alunos, de 11 municípios. Para 2008, estima-se que a renovação do convênio permita que 6.000 alunos passem a ser beneficiados. O trabalho, desenvolvido pela Asces e suas instituições co-irmãs, tornou-se referência nacional por sua dinâmica inovadora de formação integral do estudante, decorrente da cooperação em conhecimento.

Programa Férias no Campus

Oferece cursos de curta duração e de aperfeiçoamento profissional, além de palestras e atividades recreativas e de lazer. Também há prática de esportes para a comunidade em geral. É o principal programa de integração com a sociedade. A média de participantes é de 1.300 pessoas por ano. Geralmente, o evento acontece na segunda semana do mês de julho.

Pesquisa Científica

Além dos diversos grupos de estudos existentes, deve-se destacar que a Asces oferece, com recursos próprios, 10 bolsas para pesquisadores em nível de iniciação científica. Em parceria estabelecida com a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco, (Facepe) oferece mais duas bolsas. Anualmente, acontece a Jornada Científica da Asces que, além de mobilizar toda a comunidade acadêmica, conta com a participação da população em geral, sobretudo por meio dos minicursos oferecidos.

Há dois anos, a Asces também participa da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, sediando inclusive a subseccional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) de Caruaru. Em termos de políticas de incentivo aos seus colaboradores, há sólidos investimentos em formação continuada de docentes e do corpo técnico-administrativo. São concedidas bolsas de estudo e custeio para participação em eventos relevantes.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas foram as atividades e iniciativas realizadas pela Asces nos últimos anos que deixaram de ser aqui mencionadas. Entretanto, como foi dito anteriormente, para a instituição, o importante é fazer com que todas elas se voltem a forjar uma efetiva transformação social. E isso

passa, segundo a cultura organizacional consolidada, por uma verdadeira integração de saberes que gera a fraternidade social. Nela, naturalmente, uns são responsáveis pelos outros, mesmo entre aqueles que estão em níveis socioculturais diversificados.

A harmonia institucional tem sido percebida pela sociedade, já que pesquisas realizadas por institutos independentes demonstram que a maior parte dos entrevistados atribuem os valores como tradição e excelência à instituição. Além do mais, se fosse observado apenas o crescimento quantitativo, é surpreendente constatar que, de pouco mais de 300 alunos, no fim dos anos 1990, a Asces expandiu mais de 800%. As sementes são plantadas e os frutos colhidos. Espera-se que sejam contribuições para um futuro, de fato, justo e fraterno.

